

Trabalho apresentado no 21º CBCENF

Título: O PLANEJAMENTO DA GESTAÇÃO E SUA RELAÇÃO NA REDUÇÃO DA MORBIMORTALIDADE FRENTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Relatoria: MARJORIE MAX ELAGO SCOTTI

Autores: Nívea Carla Tavares Barbosa
Viviane Lourenço de Souza Izo

Modalidade: Pôster

Área: Políticas Públicas, Educação e Gestão

Tipo: Pesquisa

Resumo:

Os cuidados pré-concepcionais (CPCs) são as intervenções biomédicas, comportamentais e sociais de saúde prestadas as mulheres e casais antes da concepção. Os CPCs incluem a avaliação de riscos e aconselhamentos que auxiliam na promoção de uma alimentação e nutrição adequadas, prevenção e controle de patologias, aconselhamento genético, identificação de situações de violência e de exposição à toxinas ambientais e a prevenção/redução do uso de drogas ilícitas e lícitas. Essas ações possibilitam a redução da morbimortalidade materna-infantil, além de fornecerem informações que empondera a tomada de decisões sobre o auto-cuidado e como consequência melhora a qualidade da saúde de toda uma família. A lei nº 9.263, de 12/01/1996 regula o planejamento familiar, os artigos 3º, 4º e 9º asseguram a população sobre o atendimento global e integral à saúde incluindo a assistência à concepção. Este trabalho teve como objetivos: identificar qual o conhecimento da população em idade fértil sobre os CPCs e conhecer qual parte da população que utiliza os CPCs. A revisão integrativa foi realizada na base de dados MEDLINE, CUMED, LILACS E CVSP-Brasil, de Junho à Agosto de 2018, utilizando os descritores: cuidado pré-concepcional, conhecimento e políticas públicas. Foram incluídas as produções posteriores à 2008, completas e que continham como assunto principal: o conhecimento dos CPCs pela população em idade fértil. Entre os principais resultados foram encontrados poucas pesquisas brasileiras, nestas pode se observar que o planejamento da gestação é fator determinante para a realização dos CPCs, que as mulheres acima de 30 anos, com trabalho remunerado, com intervalo de tempo maior entre a menarca e a primeira relação sexual, com alta escolaridade, das classes econômicas A e B, com quadro de infertilidade foram as mais propensas a realizar algum tipo de CPCs, mas mesmo assim a porcentagem que tinha conhecimento e que realizou algum cuidado foi pequena. O que leva a discussão de como os prestadores de assistência ao planejamento familiar podem melhorar o conhecimento da população assistida pelo SUS? Não podemos esperar que a população busque por um serviço que ela desconhece. Possíveis soluções para diminuir as fragilidades podem estar na capacitação de profissionais e no apoio dos gestores, o qual se faz necessário para a divulgação do conhecimento da importância dos CPCs. Desta forma, pode ser que a morbimortalidade materna-infantil possa ser reduzida.